



Ministério Público
do Estado do Rio de Janeiro

CONCURSO PÚBLICO

TÉCNICO DE NOTIFICAÇÃO E ATOS INTIMATÓRIOS

GABARITO

1

INSTRUÇÕES GERAIS

- Você recebeu do fiscal:
 - Um **caderno de questões** contendo 80 (oitenta) questões objetivas de múltipla escolha;
 - Um **cartão de respostas** personalizado.
- **É responsabilidade do candidato certificar-se de que o nome do cargo e gabarito informado nesta capa de prova corresponde ao nome do cargo e gabarito informado em seu cartão de respostas.**
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no **caderno de questões** se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a Prova Objetiva. Faça-a com tranquilidade, mas **controle o seu tempo**. Este **tempo** inclui a marcação do **cartão de respostas**.
- Após o início da prova, será efetuada a coleta da impressão digital de cada candidato (Edital 01/2006 – Subitem 9.9 alínea **a**).
- **Não** será permitido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no **cartão de respostas**. (Edital 01/2006 – subitem 9.9 alínea **e**).
- Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá entregar seu **cartão de respostas** da Prova Objetiva e retirar-se da sala de prova (Edital 01/2006 – Subitem 9.9 alínea **c**).
- Somente será permitido levar seu **caderno de questões** ao final da prova, desde que permaneça em sala até este momento (Edital 01/2006 – Subitem 9.9 alínea **d**).
- Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente **assinado**.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos.
- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do **responsável pelo local**.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas**. Solicite ao fiscal para efetuar as correções na Ata de Aplicação de Prova.
- Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** a alternativa que mais adequadamente a responde.
- O **cartão de respostas NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:



CRONOGRAMA PREVISTO

ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Divulgação do gabarito – Prova Objetiva (PO)	26/03/2007	www.nce.ufrj.br/concursos
Interposição de recursos contra gabarito (RG) da PO	27 e 28/03/2007	www.nce.ufrj.br/concursos Fax: (21) 2598-3300
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos contra os RG da PO e o resultado preliminar das PO	24/04/2007	www.nce.ufrj.br/concursos
Demais atividades consultar Manual do Candidato ou pelo endereço eletrônico www.nce.ufrj.br/concursos		



NÚCLEO DE COMPUTAÇÃO ELETRÔNICA
Universidade Federal do Rio de Janeiro



LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

Pronto para outra?

Ricardo Freire

Para muita gente, esta é a semana mais difícil do ano. Você volta das férias, tenta se adaptar de novo à rotina e já presente as surpresas que vai ter ao receber a conta do cartão de crédito. Quando se dá conta, é mais uma vítima da depressão pós-viagem. Eu só conheço uma maneira de sair dessa: começar a pensar já na próxima. Não, não é cedo demais. Nem sintoma de descaso pelo trabalho. Acalentar uma viagem é uma maneira segura de manter aceso o interesse pelo fato gerador de suas férias: seu emprego.

Além do que, planejar uma viagem com antecedência é o melhor jeito de rentabilizar seu investimento. Por que se contentar em aproveitar apenas os dias que você passa longe de casa, quando dá para começar a viajar muito antes de embarcar – e sem pagar nada mais por isso?

Eu gosto de comparar o planejamento de uma grande viagem ao preparo de um desfile de escola de samba no Carnaval. Assim como as férias, o Carnaval em si dura pouco – mas é o *grand finale* de um ano inteiro de divertida preparação.

É fácil trazer o *know how* do samba para suas férias. Use os três primeiros meses depois da volta para definir o "enredo" de sua próxima viagem.

Tire os meses seguintes para encomendar guias e colecionar as informações que caírem em sua mão – revistas, jornais, dicas de quem já foi. Vá montando o itinerário mais consistente, descobrindo os meios de transporte mais adequados, decidindo quais são os hotéis imperdíveis. Quando faltarem quatro meses para a partida, tome coragem e reserve a passagem e os hotéis.

Passe os últimos três meses fazendo a sintonia fina: escolhendo restaurantes, decidindo o que merece e o que não merece ser visto.

Depois de tudo isso não tem erro: é partir direto para a apoteose.

Revista *Época*, 29/01/2007, p. 112 (fragmento).

01 - O texto I defende a tese de que:

- (A) nunca é cedo demais para começar a aproveitar os prazeres do hábito de viajar;
- (B) viagens devem ser bem planejadas para evitar problemas e prejuízos futuros;
- (C) acalantar desejo de viajar constantemente pode revelar descaso pelo trabalho;
- (D) planejar uma viagem pode estender o prazer advindo da mesma;
- (E) viajar durante o Carnaval é especialmente prazeroso e compensador.

02 - A partir do quarto parágrafo o autor se vale do imperativo para construir os últimos argumentos de sua estratégia de "convencimento do leitor", mas o texto como um todo mostra coerência na forma de tratamento em terceira pessoa do singular porque, além dos verbos no imperativo, emprega pronomes:

- (A) oblíquos, pessoais de tratamento e possessivos;
- (B) indefinidos, oblíquos e pessoais de tratamento;
- (C) pessoais de tratamento, possessivos e relativos;
- (D) possessivos, relativos e indefinidos;
- (E) relativos, indefinidos e oblíquos.

03 - Quanto ao emprego do modo imperativo em várias passagens do texto, pode-se interpretá-lo como um recurso usado pelo autor para:

- (A) impor ao leitor seus pontos de vista;
- (B) conferir ao texto um caráter de roteiro;
- (C) reiterar a importância do ato de planejar;
- (D) alertar o leitor para o risco da depressão;
- (E) emprestar ao texto um traço de humor.

04 - "Não, não é cedo demais" (l. 6). O uso duplo da palavra negativa nesse trecho tem a finalidade de:

- (A) responder de modo peremptório a uma pergunta anteriormente expressa;
- (B) contradizer um argumento levantado pelo próprio autor;
- (C) reforçar o tom de diálogo com o leitor, já introduzido no texto;
- (D) negar uma opinião contrária expressa na frase anterior;
- (E) chamar a atenção do leitor para o caráter ambíguo do que é dito.



05 - Essa frase que começa com a dupla negativa se relaciona com a frase nominal seguinte, a única do primeiro parágrafo. Quanto ao emprego do ponto que as separa, pode-se dizer que sua presença configura:

- (A) uma prática viciosa, pois os dois trechos deveriam ter sido escritos numa única frase tendo em vista o fato de haver uma correlação sintática;
- (B) uma opção redacional, que se baseia no fato de o uso do ponto marcar uma pausa potencial enfática, mais prolongada do que a da vírgula;
- (C) uma obrigatoriedade no uso do ponto simples, conquanto a segunda frase de fato se refira sintática e semanticamente à primeira;
- (D) um recurso de estilo próprio do jargão jornalístico, que leva em conta a supremacia do fato referencial sobre a argumentatividade;
- (E) uma intervenção retórica do redator na estrutura sintática do parágrafo para reduzir a dimensão das frases e privilegiar o fato jornalístico.

06 - "... e sem pagar mais por isso?" (l. 15). O trecho contém um pronome demonstrativo cuja função textual é referir-se a:

- (A) se contentar com o curto período da viagem;
- (B) ficar longe de casa sem pagar pela hospedagem;
- (C) planejar a viagem com muito mais antecedência;
- (D) começar a viagem bem antes da época de embarcar;
- (E) rentabilizar seu investimento para poder viajar mais.

07 - As férias e o Carnaval são comparados pelo autor na passagem "Assim como as férias, o Carnaval em si dura pouco" (l. 18). As reescrituras abaixo estão coerentes com o que autor expressa nesse trecho, EXCETO em:

- (A) As férias e o Carnaval duram pouco;
- (B) As férias duram pouco, não obstante o Carnaval;
- (C) Nem as férias nem o Carnaval duram bastante;
- (D) Assim como as férias duram pouco, o mesmo ocorre com o Carnaval;
- (E) As férias e o Carnaval em si mesmos não duram muito.

08 - "mas é o *grand finale* de um ano inteiro de divertida preparação" (l. 19). A palavra que inicia essa passagem pode ser substituída, sem alterar o sentido e a estrutura do texto, apenas por:

- (A) no entanto;
- (B) apesar de;
- (C) embora;
- (D) de modo que;
- (E) porque.

09 - "... para definir o 'enredo' de sua próxima viagem" (l. 22). O recurso de linguagem usado nesse trecho é o mesmo que ocorre em:

- (A) Muitos chegamos a dizer que se morre de tédio aqui neste lugar tão monótono;
- (B) A Cidade Maravilhosa tem o melhor Carnaval do mundo;
- (C) Venha tomar uma xícara de café conosco no intervalo;
- (D) Você não está nada bem com todos esses problemas graves;
- (E) Ser honesto, esta é a chave do sucesso de uma amizade.

10 - "Eu gosto de comparar o planejamento de uma grande viagem ao preparo de um desfile" (l. 16). Nesse segmento, por três vezes se emprega a preposição DE. Na última delas, é empregado para introduzir um termo que desempenha sintaticamente a mesma função do termo destacado em:

- (A) "Você volta **das férias**," (l. 2);
- (B) "...receber a conta do cartão **de crédito**," (l. 4);
- (C) "Nem sintoma de descaso **pelo trabalho**," (l. 7);
- (D) "...planejar uma viagem **com antecedência**,..." (l. 11);
- (E) "...um desfile de escola **de samba**,..." (l. 17).

11 - "Quando faltarem quatro meses para a partida, tome coragem e reserve a passagem e os hotéis" (l. 29). Em vez de estarem relacionados com substantivos, os verbos desse trecho poderiam estar acompanhados de pronomes que os substituíssem, o que resultaria na seguinte reescritura:

- (A) Quando lhes faltarem, tome-a e reserve-lhes;
- (B) Quando lhes faltarem, tome-a e reserve-os;
- (C) Quando eles faltarem, tome-a e reserve-os;
- (D) Quando eles faltarem, tome-a e reserve-lhes;
- (E) Quando lhes faltarem, tome-a e reserve-lhe.



12 - O trecho "Por que se contentar em aproveitar apenas os dias que você passa longe de casa?" (l. 12) contém um pronome relativo empregado de acordo com as normas da língua padrão. O mesmo ocorre em:

- (A) Por que se contentar em aproveitar apenas os dias que você fica sem fazer nada?
- (B) Por que se contentar em aproveitar apenas os dias em cujas manhãs são ensolaradas?
- (C) Por que se contentar em aproveitar apenas os dias onde todos vão à praia?
- (D) Por que se contentar em aproveitar apenas os dias de quem ninguém se lembra?
- (E) Por que se contentar em aproveitar apenas os dias com os quais você nunca teve problemas?

13 - Nas linhas 19 e 21, nota-se a presença de duas expressões em itálico. Esse recurso se deve ao fato de ambas:

- (A) estarem grafadas em idioma estrangeiro;
- (B) retratarem a erudição do autor;
- (C) serem caso de gíria e ironia;
- (D) integrarem o léxico internacional;
- (E) ocorrerem metaforizadas.

14 - Em "Você volta de férias, tenta se adaptar de novo à rotina e já presente as surpresas" (l. 2), ocorre o emprego do acento de crase. Nessa passagem, ele se explica a partir da regra que trata do caso em que a preposição está:

- (A) sozinha e não há risco de ambigüidade;
- (B) sozinha, mas há risco de ambigüidade;
- (C) seguida de artigo feminino singular;
- (D) seguida de palavra tomada em sentido geral;
- (E) seguida de pronome demonstrativo.

15 - Cada uma das séries abaixo se inicia com uma palavra extraída do texto. As demais se relacionam com ela semanticamente, NÃO havendo erro ortográfico apenas em:

- (A) receber (l. 3) – recepção, recebimento;
- (B) longe (l. 14) – longínquo, lonjura;
- (C) grande (l. 16) – grandeza, engrandecer;
- (D) fácil (l. 21) – fácilimo, facilmente;
- (E) sintonia (l. 31) – sintonizar, sintônico.

TEXTO II

Alcatrazes Expedição ao Arquipélago Proibido

Johnny Mazzilli

5 O balanço do barco, o mar instável e a chuva puseram parte de nosso efetivo enjoado e cabisbaixo, durante as quatro horas de travessia. Com a visibilidade prejudicada, avistamos Alcatrazes já relativamente próximos, e bastou chegar um pouco mais perto para esquecermos qualquer mal estar – a paisagem mudara por completo e olhávamos impressionados as falésias rochosas com 200, 300 metros verticais assomando diretamente das águas e entremeadas por mantos de 10 vegetação tropical – muito, muito maiores do que imaginávamos.

15 Ao contornar a ilha principal em busca do Ninhal das Fragatas, nosso ponto de ancoragem, demos de cara com a exuberância da fauna, uma espécie de "Galápagos" do litoral paulista. Milhares de aves se empoleiravam nos arbustos costeiros e centenas voavam gritando acima de nós, num cenário que parecia nos remeter ao passado.

20 O desembarque é moroso – tudo tem que ser transferido para um bote de borracha com motor de popa que conduz as tralhas ao costão em sucessivas e lentas baldeações. Não há praia ou cais e são necessárias seguidas aproximações, recuos e reaproximações com o bote, apenas para descer a carga de uma viagem.

25 A tralha era extensa – pilhas de mochilas, equipamentos de mergulho e fotográfico, cordas, bolsas impermeáveis e caixas, muitas caixas com itens para pesquisa e coleta de animais. Chovia sem parar enquanto subíamos carregados pela encosta rochosa escorregadia em direção ao local do acampamento, a 50 metros dali.

30 Parou de chover quando montamos o acampamento. Precisávamos de tempo para as pesquisas e principalmente para a investida na parede rochosa – trabalho inédito nas ilhas e que gerou grande expectativa entre as equipes. Cada time composto por membros do Projeto Tamar, Instituto Butantã, Fundação Florestal, Biociências da USP e Projeto Alcatrazes faria, no curto prazo de dois dias, suas próprias pesquisas com aves, 35 serpentes, répteis e batráquios.

Revista Planeta, out. 2006, p. 37 (fragmento).



16 - O parágrafo inicial do texto II narra uma situação em andamento, sem qualquer introdução. Esse recurso pretende provocar no leitor um efeito de:

- (A) confusão;
- (B) medo;
- (C) humor;
- (D) repulsa;
- (E) envolvimento.

17 - Na abertura da matéria, Alcatrazes é chamado de "Arquipélago Proibido". A leitura do texto mostra que a adjetivação empregada no subtítulo se deve ao fato de Alcatrazes:

- (A) ter uma natureza exuberante;
- (B) ser um lugar muito inóspito;
- (C) possuir uma grande fauna nociva;
- (D) ficar em local de difícil acesso;
- (E) restringir-se como local de pesquisas.

18 - No segundo parágrafo, o autor emprega a expressão "demos de cara" (l. 13), forma popular que transmite a idéia de que a ação descrita ocorreu:

- (A) subitamente;
- (B) furtivamente;
- (C) favoravelmente;
- (D) efemeramente;
- (E) mormente.

19 - A conjunção E, empregada na passagem "avistamos Alcatrazes relativamente próximos e bastou chegar um pouco mais perto" (l.4), auxilia na construção de uma idéia de:

- (A) causa;
- (B) contraposição;
- (C) alternância;
- (D) comparação;
- (E) finalidade.

20 - Embora narrando um fato já acontecido, o texto apresenta diversas formas verbais no presente do indicativo. Isto tem como finalidade:

- (A) revelar os sentimentos do narrador;
- (B) aproximar a ação narrada do leitor;
- (C) mostrar o estado de confusão do narrador;
- (D) expor o caráter ficcional da narrativa;
- (E) distinguir a fala de diferentes locutores.

21 - No trecho "a paisagem mudara por completo" (l. 6), observa-se a utilização do pretérito mais-que-perfeito com o intuito de descrever uma ação:

- (A) concomitante da natureza e da embarcação;
- (B) ocorrida antes da chegada da embarcação;
- (C) posterior à passagem da embarcação;
- (D) da natureza, vagamente situada no passado;
- (E) exercida pela natureza sobre o narrador.

22 - O texto é predominantemente narrativo e nele prevalecem as passagens que descrevem as ações, como se comprova pelas transcrições abaixo, EXCETO:

- (A) O balanço do barco, o mar instável e a chuva puseram parte de nosso efetivo enjoado (l. 1);
- (B) Olhávamos as falésias rochosas com 200, 300 metros verticais assomando diretamente das águas (l. 7);
- (C) Ao contornar a ilha principal em busca do Ninhal das Fragatas, nosso ponto de ancoragem (l. 12);
- (D) Milhares de aves se empoleiravam nos arbustos costeiros (l. 15);
- (E) Precisávamos de tempo para as pesquisas principalmente para a investida na parede rochosa (l. 31).

23 - Para fazer as pesquisas com o registro das aves, serpentes, répteis e batráquios, as equipes teriam o "curto prazo de dois dias" (l. 36). A locução adjetiva usada aqui em "o registro das aves" tem como sinônimo erudito:

- (A) ornitológico;
- (B) ofiológico;
- (C) entomológico;
- (D) ictiológico;
- (E) sauroológico.

24 - Compare os trechos "Chovia sem parar enquanto subíamos ... pela encosta escorregadia" (l. 27) e "Parou de chover quando montamos o acampamento" (l. 30). A partir deles pode-se compreender que, no que se refere ao tempo, as ações das equipes de pesquisadores tiveram de se adequar a aspectos apenas meteorológicos e:

- (A) intempestivos;
- (B) climáticos;
- (C) geográficos;
- (D) cronológicos;
- (E) astronômicos.



25 - A vinculação entre o substantivo "tralha" (l. 24) e seu aposto "pilhas de mochilas, equipamentos de mergulho e fotográfico, cordas, bolsas impermeáveis e caixas (...)" mostra que, entre o termo genérico e a enumeração, há:

- (A) contigüidade paronímica;
- (B) desproporção semântica;
- (C) marcas subjetivas;
- (D) coesão lexical;
- (E) elipse mórfica.

26 - Em "e são necessárias seguidas aproximações, recuos e reaproximações com o bote" (l. 21), a posição do sujeito em relação ao verbo é a mesma que se encontra em:

- (A) Quando entrar setembro e a boa nova andar nos campos;
- (B) Você vale ouro, todo o meu tesouro, tão formosa da cabeça aos pés;
- (C) Como a abelha necessita de uma flor, eu preciso de você e desse amor;
- (D) Tenho ouvido muitos discos, conversado com pessoas, caminhado meu caminho;
- (E) Talvez eu seja o último romântico dos litorais desse oceano Atlântico.

27 - O texto II se inicia com um período escrito na voz ativa. Transpondo-o para a voz passiva, o resultado será:

- (A) Durante as quatro horas de travessia, o balanço do barco, o mar instável e a chuva tinham posto parte de nosso efetivo enjoada e cabisbaixa;
- (B) Parte de nosso efetivo foi posta enjoada e cabisbaixa pelo balanço do barco, o mar instável e a chuva, durante as quatro horas de travessia;
- (C) O balanço do barco, o mar instável e a chuva haviam posto parte de nosso efetivo enjoada e cabisbaixa, durante as quatro horas de travessia;
- (D) Parte de nosso efetivo, durante as quatro horas de travessia, ficara enjoada e cabisbaixa pelo balanço do barco, o mar instável e a chuva;
- (E) Pelo balanço do barco, o mar instável e a chuva, durante as quatro horas de travessia, parte de nosso efetivo tinha ficado enjoada e cabisbaixa.

28 - "Milhares de aves se empoleiravam nos arbustos costeiros e centenas delas voavam gritando acima de nós, num cenário que parecia nos remeter ao passado" (l. 15). Nesse trecho, há o emprego da vírgula apenas uma vez. No entanto, caso quisesse, o autor também poderia ter optado pela seguinte redação:

- (A) Milhares de aves, se empoleiravam nos arbustos costeiros e centenas delas voavam gritando acima de nós, num cenário que parecia nos remeter ao passado;
- (B) Milhares de aves se empoleiravam nos arbustos costeiros, e centenas delas voavam gritando, acima de nós, num cenário que parecia nos remeter ao passado;
- (C) Milhares de aves se empoleiravam, nos arbustos costeiros, e centenas delas voavam, gritando, acima de nós, num cenário, que parecia nos remeter, ao passado;
- (D) Milhares de aves se empoleiravam, nos arbustos costeiros e centenas delas voavam, gritando acima de nós, num cenário que parecia nos remeter ao passado;
- (E) Milhares de aves se empoleiravam nos arbustos costeiros, e centenas delas voavam gritando, acima de nós num cenário que parecia nos remeter ao passado.

29 - O emprego do travessão em "O desembarque é moroso – tudo precisa ser transferido para um bote de borracha com motor de popa" (l. 18) é uma alternativa de construção que dispensa o uso do conectivo entre as duas orações. No entanto, o autor poderia ter utilizado uma conjunção em lugar do travessão. Assinale a única alternativa em que a nova redação NÃO mantém coerência com o trecho transcrito:

- (A) O desembarque é moroso, pois tudo precisa ser transferido para um bote de borracha com motor de popa;
- (B) O desembarque é moroso, posto que tudo precise ser transferido para um bote de borracha com motor de popa;
- (C) O desembarque é moroso, porquanto tudo precisa ser transferido para um bote de borracha com motor de popa;
- (D) O desembarque é moroso, e tudo precisa ser transferido para um bote de borracha com motor de popa;
- (E) O desembarque é moroso, já que tudo precisa ser transferido para um bote de borracha com motor de popa.



30 - "Não há praia ou cais..." (l. 21). O verbo utilizado nesse trecho obedece ao mesmo caso de concordância de:

- (A) Há de existir uma nova chance;
- (B) Faz dias que não nos vemos;
- (C) O relógio acaba de bater as horas;
- (D) Já eram perto de vinte casos;
- (E) Grande parte deles voltou.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Considere que as questões a seguir referem-se a computadores com uma instalação padrão do sistema operacional Microsoft Windows XP Professional e uma instalação completa do Microsoft Office 2003.

31 - Um dos modos de instalar e utilizar a partir de seu próprio computador uma impressora instalada e compartilhada em outro computador da rede, de nome MICRO1, é (assume-se que o usuário tenha todas as permissões necessárias):


- (A) a partir do "Painel de Controle", dar um clique-duplo em "Impressoras de Rede", clicar em "Criar nova Impressora", clicar em "Micro1";
- (B) a partir do menu "Executar", digitar \\micro1, clicar OK, e ao abrir a tela de micro1, dar um clique-duplo na impressora;
- (C) dar um clique-duplo em "Meu Computador", dar um clique-duplo em "Impressoras", dar um clique-duplo em "Micro1", clicar "Adicionar";
- (D) enviar o comando "install / printer /micro1";
- (E) executar o comando "net config", dar um clique-duplo em "Micro1", dar um clique-duplo na impressora.

32 - No menu "Ferramentas" do Windows Explorer, há a opção de executar o comando "Mapear unidade de rede". Esse comando permite que o usuário:

- (A) conecte-se a uma pasta de rede compartilhada e defina uma letra de unidade à conexão, de forma que ela possa ser acessada usando a janela "Meu Computador";
- (B) compartilhe pastas de seu computador com outros computadores, usando o protocolo FTP;
- (C) faça um download dos "drivers" mais atualizados para a interface de rede do seu sistema, através do "Windows Update";
- (D) tenha acesso ao menu de configuração da interface de rede e possa definir quais as políticas de firewall que protejam o seu computador de ataques externos;
- (E) visualize todas as portas de rede abertas para a rede local e para a rede externa (Internet), permitindo que qualquer tentativa de ataque ou invasão seja descoberto.


33 - Ao clicar em "Iniciar" na barra de tarefas do Windows e entrar no menu "Acessórios", uma das opções disponíveis é o Prompt de comando ("Command Prompt"), cuja função é:

- (A) mostrar os últimos comandos executados pelo sistema operacional, para fins de auditoria;
- (B) listar todos as funções que o usuário corrente utilizou desde seu último login;
- (C) executar comandos baseados em texto (linha de comando);
- (D) ser o único meio de executar comandos privilegiados, por motivos de segurança;
- (E) sincronizar o computador de mesa com unidades móveis.

34 - O Microsoft Word 2003 possui uma ferramenta chamada "Pincel" ("Format Painter"), cujo ícone é .

A função dessa ferramenta é:


- (A) remover caracteres de uma célula;
- (B) criar uma caixa de texto com fundo colorido;
- (C) desenhar uma figura geométrica no documento, adicionando cores;
- (D) copiar e aplicar formatação de texto e algumas formatações gráficas básicas, tais como bordas;
- (E) transferir dados do "clipboard" para uma planilha ou vice-versa, mantendo as características das células.

35 - Um recurso muito importante de utilização do Microsoft Word 2003 é provido pela ferramenta "Numeração" ("Numbering"), cujo ícone é .

A função dessa ferramenta é:


- (A) numerar as páginas do texto, informando a posição e a formatação dos números;
- (B) definir a lista de arquivos a serem impressos, informando a ordem de impressão;
- (C) definir o tamanho da fonte conforme a ordem dos parágrafos, ou seja, parágrafos superiores terão fonte maior;
- (D) fazer a verificação ortográfica no texto selecionado;
- (E) criar listas numeradas a partir de linhas de texto existentes ou criadas conforme se digita.




36 - No Microsoft Excel 2003 existe a operação denominada “Mesclar Células”, que pode ser realizada através da ferramenta cujo ícone é . O objetivo dessa operação é:

- (A) juntar duas ou mais células adjacentes em uma célula e mostrar o conteúdo de uma célula na célula unificada;
- (B) inserir cores e bordas em um grupo de células da planilha;
- (C) copiar o conteúdo de um grupo de células para outro grupo de células;
- (D) juntar todos os atributos de formatação de um grupo de células em todas as células do grupo;
- (E) realizar um somatório de todos os valores de um grupo de células.

37 - Considere a seguinte seqüência de comandos e digitação realizada no Microsoft Excel 2003:

- ✓ digitar a letra X na célula A1;
- ✓ digitar a letra Y na célula A2;
- ✓ digitar a letra Z na célula A3;
- ✓ selecionar as células A1, A2 e A3;
- ✓ clicar em  para transformar todos os textos em itálico;
- ✓ salvar a planilha.

Imediatamente após essas operações, ao clicar duas vezes no botão de “desfazer” (“undo”)  ocorrerá o seguinte:

- (A) a ação de salvar a planilha será cancelada;
- (B) a letra Z será apagada da célula A3 e a letra Y será apagada da célula A2;
- (C) tudo o que foi feito desde a criação da planilha será desfeito;
- (D) os textos voltarão ao modo normal (não itálico);
- (E) nada ocorrerá, pois o botão de “desfazer” (“undo”) não estará operacional.

38 - No Microsoft Windows Internet Explorer, o menu de “Favoritos” pode ser utilizado pelo usuário para:

- (A) armazenar a lista de usuários que acessam mais frequentemente o computador do usuário;
- (B) criar links para “websites” de interesse do usuário;
- (C) definir os únicos sites que podem ser abertos através do firewall do computador;
- (D) saber quais os arquivos mais acessados em seu computador, por quantidade de acessos;
- (E) apagar a lista de sites visitados pelo usuário.

39 - No contexto do Windows Internet Explorer, os “cookies” são:

- (A) as configurações de segurança que você criou para o seu ambiente de rede, incluindo todas as proteções de acesso do Internet Explorer;
- (B) atualizações de segurança para seu computador que, uma vez por mês, são liberadas pelo fabricante do software;
- (C) os arquivos temporários gerados pelo Internet Explorer, cada vez que você visita um site. Nesses arquivos ficam armazenadas todas as imagens dos sites que você visitou;
- (D) pequenos arquivos de texto que alguns sites web colocam em seu computador para armazenar diversas informações sobre você e seu computador;
- (E) todos os endereços IP que fizeram acesso ao seu computador no último período de tempo pré-determinado.

40 - O usuário JOAO recebeu uma mensagem eletrônica (e-mail) com as seguintes características:

no campo “DE:” constava como remetente da mensagem o usuário USER1;
no campo “PARA:” constavam como destinatários ele próprio (JOAO) além do usuário USER2;
no campo “CC:” (cópia) constavam como destinatários os usuários USER3 e USER4.

Ao responder a essa mensagem, o usuário JOAO usou o botão “Responder a Todos”. Os usuários que receberão a resposta de JOAO serão:

- (A) apenas USER1 e USER2;
- (B) apenas USER1;
- (C) apenas USER3 e USER4;
- (D) USER1, USER2, USER3 e USER4;
- (E) todos os usuários de sua lista de contatos.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

41 - Sobre o Conselho Nacional do Ministério Público, é correto afirmar que:

- (A) tem os membros oriundos do Ministério Público indicados sempre pelo Procurador-Geral da República;
- (B) possui legitimidade ativa para ações diretas de inconstitucionalidade;
- (C) é integrado apenas por membros do Ministério Público, além de dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- (D) compete-lhe receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, excluídos seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição;
- (E) tem Corregedor nacional escolhido exclusivamente entre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução.



42 - Considerando o disposto na Constituição da República e na Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os princípios institucionais do Ministério Público são a unidade, a indivisibilidade e a impessoalidade.
- II. O Tribunal de Justiça, ao condenar criminalmente um Promotor de Justiça vitaliciado, por prática de crime inafiançável, pode determinar concomitantemente, a pedido do Procurador-Geral de Justiça, a perda do cargo.
- III. Ao membro do Ministério Público é garantido porte de arma, a ser exercido mediante licença da autoridade respectiva.
- IV. Ao membro do Ministério Público é vedado exercer qualquer outra função pública.
- V. Ao membro do Ministério Público é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

A(s) afirmativa(s) correta(s) é/são somente:

- (A) II;
- (B) V;
- (C) I, III e IV;
- (D) I, III e V;
- (E) II e V.

43 - NÃO é atribuição do Conselho Superior do Ministério Público:

- (A) rever arquivamento de inquérito civil;
- (B) rever arquivamento de inquérito policial, não homologado por juiz;
- (C) indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos a promoção ou remoção por merecimento;
- (D) aprovar o regulamento do concurso para membro do Ministério Público;
- (E) aprovar o quadro geral de antiguidade dos membros do Ministério Público.

44 - Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente, EXCETO:

- (A) elaborar sistema próprio de registro de preços e aderir a registro de preços de outras entidades públicas, de qualquer esfera federativa;
- (B) praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, de carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;
- (C) licitar obras e compras, empenhando as respectivas despesas, a qualquer tempo, em sistemas governamentais de que faça parte;
- (D) estabelecer vínculo empregatício para fins exclusivos de prestação voluntária de serviço público para apoio de atividades institucionais, facultada a concessão de auxílio transporte e alimentação;
- (E) compor frota própria de veículos oficiais, a serem adquiridos ou locados.

45 - No exercício de suas funções, cabe ao Ministério Público, EXCETO:

- (A) expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar, sem prejuízo do processo por crime de desobediência, independentemente das prerrogativas previstas em lei;
- (B) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades e outros órgãos federais, estaduais e municipais, assim como das entidades da Administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das entidades sem fins lucrativos que recebam verbas públicas ou incentivos fiscais ou creditícios;
- (C) requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processos em que atue;
- (D) ter acesso incondicional a procedimento instaurado no âmbito da Administração direta e indireta de todos os órgãos ou Poderes, ainda que em curso, e a qualquer banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública;
- (E) manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota.



46 - A Corregedoria-Geral do Ministério Público, entre outras atribuições, é órgão de:

- (A) decisão sobre pedido de revisão de procedimento administrativo disciplinar;
- (B) correição de todo e qualquer indivíduo funcionalmente vinculado ao Ministério Público;
- (C) revisão dos atos administrativos do Procurador-Geral de Justiça;
- (D) orientação dos membros do Ministério Público;
- (E) aprovação dos pedidos de reversão.

47 - De acordo com o que dispõe a lei estadual 3.899/02, é correto afirmar que:

- (A) cargo efetivo só pode ser ocupado por servidor estável;
- (B) padrão é a posição do servidor na escala de remuneração da carreira;
- (C) classe é o conjunto de 10 (dez) padrões, dentro de uma carreira;
- (D) o quadro de pessoal do Ministério Público compreende os cargos efetivos, os cargos em comissão e as funções gratificadas;
- (E) a carreira é estruturada em classe, padrão, cargo e chefia.

48 - Considerando-se o perfil institucional do Ministério Público, incumbe-lhe, EXCETO:

- (A) defender o patrimônio público;
- (B) fiscalizar as eleições para Prefeito e Vereador;
- (C) fiscalizar cartório de protesto de títulos e documentos da comarca onde atua;
- (D) promover exclusivamente a ação civil pública;
- (E) fiscalizar estabelecimentos que abriguem idosos.

49 - As atribuições do cargo de Técnico Superior Processual são fixadas em:

- (A) ato do Secretário-Geral;
- (B) resolução expedida pelo Procurador-Geral de Justiça;
- (C) lei de iniciativa exclusiva do Procurador-Geral de Justiça;
- (D) ato das Procuradorias de Justiça;
- (E) resolução expedida pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.

50 - Quanto à pena administrativa de suspensão, é INCORRETO afirmar que:

- (A) tem prazo máximo de um ano;
- (B) pode ser aplicada em caso de falta média praticada com má-fé;
- (C) implica perda das vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo;
- (D) pode ser convertida em multa;
- (E) é menos grave que a pena de demissão.

51 - São asseguradas ao membro da instituição, em razão da elevada função que desempenha o Ministério Público, as seguintes prerrogativas, EXCETO:

- (A) a inviolabilidade pelas suas manifestações no exercício funcional;
- (B) o sigilo bancário;
- (C) o assento à direita do Juiz;
- (D) a oitiva como testemunha em tempo e lugar previamente combinados com a autoridade competente;
- (E) o ingresso livre na sala do Juiz.

52 - Sobre a evolução no Quadro Permanente de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) servidor em estágio probatório pode progredir funcionalmente, mas não pode ser promovido;
- (B) a progressão funcional deve observar interstício mínimo de seis meses;
- (C) a progressão é a forma de evolução por antiguidade e a promoção é a forma de evolução por merecimento;
- (D) a progressão e a promoção têm seus critérios disciplinados em ato conjunto do Procurador-Geral de Justiça e do Secretário-Geral;
- (E) promoção é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte.

53 - O Procurador-Geral de Justiça, entre outras atribuições, deve:

- (A) reformar toda e qualquer manifestação processual dos membros do Ministério Público que afronte a lei ou a Constituição;
- (B) indicar, quando provocado pelo legítimo interessado, a manifestação processual a ser adotada pelo Promotor de Justiça;
- (C) declarar a atribuição de membro do Ministério Público para participar de determinado ato ou atuar em procedimento judicial ou extrajudicial;
- (D) estabelecer, após autorização do Poder Legislativo e deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, as atribuições dos órgãos de execução;
- (E) substituir o Corregedor-Geral do Ministério Público em suas faltas e impedimentos.



54 - Acerca do exercício das funções ministeriais, assinale a alternativa correta:

- (A) o Centro de Apoio Operacional de Tutela Coletiva, em operação contra a poluição de um rio que atravessa várias comarcas do Estado do Rio de Janeiro, pode propor ação civil pública para recomposição do meio ambiente;
- (B) o Centro Regional de Apoio Administrativo e Institucional (CRAAI) de Nova Iguaçu pode expedir ato normativo determinando que os Promotores de Justiça de Nova Iguaçu não ouçam menores se estes não estiverem acompanhados, nas dependências do CRAAI, de pai ou responsável legal;
- (C) o Pleno do Colégio de Procuradores de Justiça é o órgão responsável para rever decisão de arquivamento de inquérito policial determinado pelo Procurador-Geral de Justiça, em caso de atribuição originária deste;
- (D) a Comissão de Concurso, composta de Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça, é o órgão auxiliar do Ministério Público responsável pela seleção de candidatos ao ingresso na respectiva carreira;
- (E) grupo de Promotores de Justiça da Baixada Fluminense pode ser formado para combate a quadrilha especializada em adulteração de combustíveis em operação na referida região, para atuação por tempo certo.

55 - NÃO pode servir de critério de avaliação em um concurso público para provimento de cargo que não exija esforço físico na sua atividade diária:

- (A) exame de aptidão física;
- (B) sexo;
- (C) exame de conhecimento mediante provas;
- (D) exame de qualificação profissional mediante títulos;
- (E) estágio experimental quanto ao exercício das atividades.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

56 - Familiares de Daniel, preso temporariamente, procuram a Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Miracema buscando informações sobre o andamento do inquérito policial instaurado para apurar responsabilidade penal do mesmo, sendo atendidos por José Afonso, servidor lotado na Promotoria.

O servidor deve fornecer aos familiares o seguinte esclarecimento:

- (A) não se afigura possível o fornecimento de qualquer informação acerca do inquérito policial, eis que o MP defende a sociedade e não o réu, conforme o princípio *in dubio pro societatis*;
- (B) não se afigura possível o fornecimento de qualquer informação acerca do inquérito policial, eis que o MP atua sigilosamente conforme o sistema inquisitório;
- (C) é direito do preso receber informações acerca do andamento do inquérito policial, sob pena de violação de seus direitos constitucionais, sendo, portanto, legítima a demanda dos familiares;
- (D) não se afigura possível o fornecimento de qualquer informação acerca do inquérito policial, eis que o MP atua sigilosamente conforme o sistema acusatório;
- (E) é direito do preso receber informações acerca do inquérito policial, eis que o MP tem obrigação de divulgar a todos o conteúdo de suas investigações, conforme o princípio da reserva legal.

Leia atentamente e responda às questões de 57 a 60.

No quinto dia útil do mês de setembro de 2003, dia de pagamento de aposentados, pensionistas e inúmeros trabalhadores, os consumidores permaneceram mais de duas horas em imensas filas em agência bancária localizada no centro da cidade do RJ. Encontrava-se presente na fila o aposentado Paulo, portador de necessidade especial de locomoção, o qual, após demandar pela cadeira de rodas da agência, recebeu do funcionário do banco resposta negativa quanto à existência de tal equipamento. Ante a situação caótica verificada, fiscais da Secretaria Estadual de Defesa do Consumidor lavraram autos de infração contra o Banco ante o descumprimento da Lei Estadual nº 3.213/99, que impõe aos bancos o oferecimento, em suas agências, de cadeiras de rodas a clientes maiores de 65 anos, que apresentem dificuldade de locomoção, bem como da Lei Municipal nº 6.652/98, que estabelece prazo máximo de vinte minutos na fila para atendimento a clientes em agências bancárias.

57 - No que tange aos direitos básicos do consumidor, pode-se afirmar que:

- (A) são desprovidos de fundamentalidade, eis que não se encontram protegidos pelo texto constitucional;
- (B) apresentam fundamentalidade, eis que elencados em lei complementar federal, qual seja, o Código de Defesa do Consumidor;
- (C) constituem direitos fundamentais, sendo assegurada, na forma da lei, a intervenção do Estado para sua garantia;
- (D) aplicam-se nas relações privadas com os fornecedores, não havendo interesse público em sua tutela;
- (E) compete, no modelo privado adotado no Brasil, exclusivamente aos consumidores a defesa de seus interesses sociais vinculados às relações de consumo.



58 - Quanto às atribuições do Ministério Público pertinentes ao caso em exame, é correto afirmar que:

- (A) compete ao MP instaurar inquérito civil público para investigar possíveis lesões aos direitos dos consumidores decorrentes do descumprimento da legislação estadual e municipal referida;
- (B) não compete ao MP promover qualquer intervenção judicial ou extrajudicial no caso em exame, eis que se trata de direito de natureza individual e patrimonial;
- (C) compete ao MP propor ação civil pública, eis que deve exercer judicialmente suas atribuições, conforme o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional de qualquer lesão ou ameaça de lesão a direito;
- (D) compete ao MP instaurar inquérito civil e propor ação civil pública para apuração de possível descumprimento da lei estadual, não possuindo atribuições, entretanto, para fiscalização do cumprimento da lei municipal;
- (E) não compete ao MP a instauração de inquérito civil público ou a propositura de ação civil pública, em virtude da inconstitucionalidade formal das leis referidas.

59 - Acerca do poder de notificação e requisição de documentos e informações, pode-se afirmar que:

- (A) não pode o MP expedir notificações ou requisições aos órgãos públicos estaduais ou municipais, em virtude do princípio da separação de poderes;
- (B) não pode o MP expedir notificações ou requisições a instituições privadas, tais como os bancos, em virtude do princípio da livre iniciativa, somente sendo cabível a requisição de informações, no caso em exame, à Secretaria Estadual de Defesa do Consumidor;
- (C) pode o MP expedir notificações e requisições para órgãos públicos estaduais, não podendo, contudo, fazê-lo no que tange aos órgãos municipais, em virtude do princípio federativo, eis que se trataria de interferência de órgão estadual na esfera municipal;
- (D) pode o MP expedir notificações para os bancos e para a Secretaria Estadual de Defesa do Consumidor, nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los;
- (E) pode o MP requerer em Juízo, através de ação civil pública, a expedição de notificações e requisições aos bancos e à Secretaria Estadual de Defesa do Consumidor.

60 - Indignado com o ocorrido, o aposentado Paulo resolve lutar por seus direitos, procurando o Ministério Público. Ao chegar ao Gabinete do Promotor deparou-se com jovens que lá também aguardavam atendimento (lutavam pelo passe livre nos ônibus). O servidor do MP priorizou o atendimento de Paulo, causando indignação desta feita aos jovens. Acerca da conduta do servidor e do princípio da igualdade, é correto afirmar que:

- (A) viola o princípio, pois o aposentado poderia esperar juntamente com os jovens, que chegaram primeiro, tendo sido a discriminação atentatória aos direitos destes;
- (B) não se aplica o princípio da igualdade ao caso, mas sim as Leis Federal 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e Complementar 106/2003 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro);
- (C) viola o princípio, porque limitou o acesso à justiça dos jovens que aguardavam atendimento;
- (D) afirma o princípio, porque o elemento discriminador se encontra a serviço de uma finalidade acolhida pelo direito;
- (E) viola o princípio, porque o aposentado lutava por direito individual, enquanto os jovens lutavam por direitos coletivos, os quais deveriam preponderar.

Leia atentamente e responda às questões **61** e **62**.

Os moradores da cidade de Laje do Muriaé, inconformados com a inundação de lama decorrente de desastre ambiental ocorrido em empresa mineradora da cidade, procuram o MP para providências.

61 - Para esse caso, a medida a ser adotada pelo *Parquet* é:

- (A) propor ação de responsabilidade civil em nome de cada morador lesado pelo dano ambiental, sem prejuízo da instauração de inquérito civil público;
- (B) instaurar inquérito civil público para apuração de responsabilidade civil dos causadores do dano e requisitar instauração de inquérito policial para responsabilização penal pelos crimes ambientais;
- (C) impetrar mandado de segurança coletivo em favor das vítimas para garantia do direito líquido e certo à indenização pelos danos causados;
- (D) instaurar procedimento administrativo para investigação de responsabilidade penal e propor ação de improbidade administrativa em face dos gestores da empresa causadora do dano;
- (E) propor ação de responsabilidade civil somente em nome dos lesados incapazes, em defesa de seu direito indisponível à reparação patrimonial.



62 - Os moradores se revoltaram também porque ficou constatado que o Município jamais exerceu fiscalização das condições de segurança ambiental da empresa mineradora. Quanto às possibilidades de intervenção do MP em relação a este aspecto da tragédia, é correto afirmar que:

- (A) não há atribuição do MP para questionamento judicial de atos discricionários da administração municipal, em virtude da impossibilidade de revisão judicial do mérito administrativo;
- (B) não há possibilidade de propositura de ação judicial para controle da omissão administrativa municipal, sob pena de violação do princípio da separação de poderes;
- (C) existe atribuição para adoção de medidas judiciais e extrajudiciais para fins de responsabilização das autoridades municipais omissas quanto ao dever de fiscalização;
- (D) existe atribuição para adoção de medidas judiciais para fins de responsabilização das empresas privadas autoras do dano;
- (E) não há atribuição do Promotor de Justiça da Comarca, ante a competência da Justiça Federal para processamento de ações de responsabilização ambiental.

Leia atentamente e responda às questões **63** e **64**.

Clemerson, servidor do MPERJ, foi incumbido de intimar Clotilde para comparecimento à Promotoria de Justiça da pequena Comarca de Rio das Flores, a fim de prestar declarações acerca de possível envolvimento da mesma com o aliciamento de adolescentes para prostituição. No momento em que se realizou a diligência, Clotilde estava em uma reunião de pais, diurna, na escola de seu filho. Clemerson a procura, então, para intimação, lendo o documento firmado pelo Promotor de Justiça, em voz alta, no recinto onde se realizava a reunião.

63 - Considera-se a diligência realizada:

- (A) ilícita, eis que realizada fora do horário legalmente previsto para intimações e com violação ao sigilo da correspondência;
- (B) ilícita, eis que violou direitos fundamentais de Clotilde, tais como o direito à honra e à imagem;
- (C) lícita, eis que realizada fora do domicílio de Clotilde, sem qualquer lesão à inviolabilidade do domicílio;
- (D) lícita, eis que detém o MP poder para expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência;
- (E) lícita, eis que compete ao MP instaurar procedimentos administrativos para proteção dos direitos de crianças e adolescentes, inclusive com realização de oitivas de cidadãos.

64 - Após ter dado ciência a Clotilde do conteúdo da intimação, o servidor Clemerson, com o intuito de conseguir provas do envolvimento daquela com a prostituição de adolescentes, decide seguir Clotilde até sua residência, sem seu conhecimento. Lá chegando, num momento de distração de Clotilde, consegue retirar do interior da casa fitas de vídeo de conteúdo pornográfico, bem como álbuns de fotografias de adolescentes em trajés de banho.

Considera-se a diligência realizada:

- (A) lícita, eis que realizada em horário diurno a apreensão, sem violação ao direito à inviolabilidade do domicílio;
- (B) ilícita, eis que afrontou o direito à inviolabilidade do domicílio, sendo inadmissíveis nos processos as provas obtidas por meios ilícitos;
- (C) lícita, eis que as fitas de fato continham provas do envolvimento desta com a prostituição de adolescentes;
- (D) ilícita, eis que feriu o princípio da presunção de inocência, induzindo à condenação antecipada de Clotilde;
- (E) lícita, eis que na condição de investigada Clotilde não poderia impedir a atuação do servidor do MP, sob pena de crime de obstrução da justiça.

65 - Acerca do princípio constitucional da eficiência, é correto afirmar que:

- (A) nada mais é que o clássico princípio da legalidade estrita, o qual impõe a observância da hierarquia das leis;
- (B) estabelece que o poder público deve agir com a maior transparência possível, a fim de que os administrados tenham conhecimento do que os administradores estão fazendo na gestão do interesse público;
- (C) impõe ao administrador público o dever de motivação dos atos administrativos vinculados, sempre com observância da proporcionalidade dos meios empregados;
- (D) também chamado princípio da finalidade administrativa, eis que impõe ao administrador público que só pratique o ato para o fim legalmente estabelecido;
- (E) orienta a atividade administrativa no sentido de conseguir os melhores resultados com os meios escassos de que se dispõe e a menor custo, ou seja, maior benefício com o menor custo possível.



NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL

66 - Consoante o Código de Processo Civil em seus diversos livros, o processo pode ser classificado em:

- (A) sumário, comum e especial;
- (B) sumário, sumaríssimo e comum;
- (C) conhecimento, execução e cautelar;
- (D) civil, penal e trabalhista;
- (E) condenatório, declaratório e constitutivo.

67 - Constituem duas características essenciais da jurisdição:

- (A) executoriedade e inquestionabilidade;
- (B) substitutividade e natureza declaratória;
- (C) inércia e inquestionabilidade;
- (D) executoriedade e inércia;
- (E) inquestionabilidade e definitividade.

68 - De acordo com a Constituição da República, é possível o ingresso na casa do indivíduo, independentemente de sua vontade, em algumas hipóteses. Essas situações são:

- (A) flagrante delito, desastre, realização de socorro e ordem judicial durante o dia;
- (B) flagrante delito, desastre, realização de socorro, ordem judicial a qualquer momento, nas 24 horas do dia e por ordem do Ministro da Justiça também a qualquer momento;
- (C) flagrante delito, desastre, realização de socorro e ordem judicial a qualquer momento, nas 24 horas do dia;
- (D) flagrante delito, desastre, realização de socorro, ordem judicial durante o dia e por ordem do Ministro da Justiça durante o dia;
- (E) flagrante delito, desastre, realização de socorro, ordem judicial durante o dia, por ordem do Ministro da Justiça durante o dia e por ordem do membro do Ministério Público, também de dia.

69 - Constituem os pressupostos processuais de validade:

- (A) partes capazes, causa de pedir apta a ensejar o pedido e pedido juridicamente possível;
- (B) órgão estatal investido de jurisdição, demanda regularmente formulada e partes capazes;
- (C) partes capazes, juiz não suspeito e ausência de coisa julgada ou litispendência;
- (D) juiz livre de impedimento, partes capazes e ausência de coisa julgada ou litispendência;
- (E) juiz livre de impedimento, partes capazes e pedido juridicamente possível.

70 - De acordo com o Código de Processo Civil, extingue-se o processo com o julgamento de mérito na seguinte hipótese:

- (A) ausência de legitimidade ativa;
- (B) quando o juiz pronunciar a prescrição;
- (C) quando o juiz considerar a ação intransmissível por disposição legal;
- (D) quando ocorrer a confusão entre autor e réu;
- (E) quando for acolhida a alegação de preempção.

71 - A ação popular pode ser proposta:

- (A) pelo cidadão;
- (B) por membro do Ministério Público;
- (C) por pessoas reunidas em um mínimo de mil assinaturas;
- (D) por associação de classe regularmente constituída há mais de um ano;
- (E) por sindicato.

72 - São os três requisitos da sentença, também chamados pela doutrina de seus elementos:

- (A) partes, causa de pedir e decisão;
- (B) partes, fundamento e decisão;
- (C) partes, fundamento e condenação;
- (D) publicação, causa de pedir e decisão;
- (E) relatório, fundamentação e dispositivo.

73 - Os órgãos jurisdicionais com competência para julgamento de ação direta de inconstitucionalidade de lei federal em face da Constituição da República e o julgamento da representação de inconstitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Estadual são, respectivamente:

- (A) Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça;
- (B) Supremo Tribunal Federal e Tribunais Regionais Federais;
- (C) Supremo Tribunal Federal e Tribunais de Justiça;
- (D) Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal;
- (E) Superior Tribunal Eleitoral e Supremo Tribunal Federal.

74 - As três fases evolutivas do direito processual civil são:

- (A) teleológica, autônoma e instrumentalista;
- (B) concretista, finalista e instrumentalista;
- (C) primitiva, civilista e concretista;
- (D) imanentista, científica e teleológica;
- (E) teleológica, autônoma e científica.



75 - O Ministério Público pode atuar no processo civil de duas formas distintas; são elas:

- (A) parte e fiscal da lei;
- (B) parte e litisconsórcio passivo;
- (C) parte e litisconsórcio ativo;
- (D) parte e assistente de acusação;
- (E) parte e órgão jurisdicional.

76 - São direitos e/ou garantias individuais, com reflexos processuais, previstos expressamente no artigo 5º da Constituição da República, EXCETO:

- (A) devido processo legal;
- (B) não-obrigatoriedade da produção de prova contra si mesmo;
- (C) vedação a juízo ou tribunal de exceção;
- (D) inadmissibilidade das provas ilícitas;
- (E) soberania dos veredictos do Tribunal do Júri.

77 - À luz da sistemática processual-penal vigente em relação às citações e intimações, é INCORRETO afirmar que:

- (A) quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante carta precatória;
- (B) as cartas precatórias ostentam a característica de itinerantes;
- (C) se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional;
- (D) se o réu estiver preso, será requisitada, para sua citação, a sua apresentação em juízo, no dia e hora designados;
- (E) a citação será feita por edital quando incerta a pessoa que tiver de ser citada.

78 - “A expressão ‘acesso à Justiça’ é reconhecidamente de difícil definição, mas serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico – o sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado. Primeiro, o sistema deve ser igualmente acessível a todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos. (...) Sem dúvida, uma premissa básica será a de que a justiça social, tal como desejada por nossas sociedades modernas, pressupõe o acesso efetivo”.

(Cappelletti, Mauro, e Garth, Bryant, colab. Acesso à Justiça. Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 1988, reimpressão 2002, p. 08).

A partir da análise crítica do excerto acima reproduzido, assinale a alternativa que NÃO contempla ideário ou mecanismo tradicionalmente associado ao combate aos obstáculos ao acesso efetivo à Justiça:

- (A) “paridade de armas” entre as partes;
- (B) assistência judiciária gratuita para os financeiramente hipossuficientes;
- (C) estrita neutralidade judicial;
- (D) otimização da defesa dos interesses difusos;
- (E) utilização de métodos extrajudiciais de resolução de conflitos.

79 - À vista da disciplina dos direitos fundamentais contemplados na Carta Magna de 1988, direta ou indiretamente relacionados ao Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) os direitos fundamentais do indivíduo assegurados na Constituição da República revestem-se da característica de absolutos;
- (B) encontra suporte constitucional a prisão em flagrante delito, sem mandado judicial, durante a noite, de indivíduo que, no interior de sua residência, se dedica ao tráfico de substâncias entorpecentes;
- (C) a garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio não pode ser estendida de forma a abarcar compartimento privado não aberto ao público, onde se exerça profissão ou atividade;
- (D) viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do co-réu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados;
- (E) os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade não são ferramentas aptas a conduzir à redução do alcance ou da extensão de determinado direito fundamental frente a outro direito que se lhe oponha, por intermédio da ponderação dos valores e interesses em conflito.

80 - Indique a alternativa que NÃO contempla princípio que, como regra, rege o Direito Processual Penal no Brasil:

- (A) oficialidade;
- (B) publicidade;
- (C) correlação entre imputação e sentença;
- (D) iniciativa das partes;
- (E) identidade física do juiz.



Núcleo de Computação Eletrônica
Universidade Federal do Rio de Janeiro

TRADIÇÃO, EXPERIÊNCIA E SERIEDADE EM CONCURSOS PÚBLICOS

Há 35 anos, o NCE/UFRJ vem construindo uma imagem de solidez e competência.

Considerado um centro de excelência em Informática no país, o NCE/UFRJ tem marcante atuação no ensino e pesquisa, bem como no desenvolvimento de projetos, consultorias e concursos.

Grandes empresas e órgãos governamentais confirmam nossa capacidade de realização de concursos em todo o território nacional.

WWW.NCE.UFRJ.BR/CONCURSOS
(21) 2598-3333



SEGURANÇA



TECNOLOGIA



INFORMAÇÃO



Rio de Janeiro: Prédio CCMN • Bloco C • Cidade Universitária • Ilha do Fundão • Rio de Janeiro • RJ
Caixa Postal: 2324 • CEP: 20010-974 • Tel.: (21) 2598-3333 • Fax: (21) 2598-3300

www.concursovirtual.com.br